


A memória difusa de um passado/presente traumático: algumas questões sobre um termo associado a tortura em torno de uma polêmica recente*

The diffuse memory of a traumatic past/present: some questions about a term associated with torture around a recent controversy

Carlos Zacarias de Sena Júnior

 <https://orcid.org/0000-0003-4682-1659>
Universidade Federal da Bahia

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a relação entre história e memória. Partindo do episódio em que o presidente da República, Jair Bolsonaro, diz a frase “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, tubaína”, percorro os caminhos da conturbada relação entre história e memória tendo em vista que o site Diário do Centro do Mundo (DCM) publicou uma matéria se referindo à “tubaína” como um tipo de tortura. Discuto a questão da memória de militantes e vítimas da ditadura, que foram ouvidas pela reportagem do DCM, e que leram nas entrelinhas das palavras de Bolsonaro uma referência ao passado traumático, tentando entender os motivos pelos quais a memória evocou essa reminiscência à luz da memória difusa em um presente revestido de novos e perigosos traumas. Na elaboração do artigo, procuro contextualizar a discussão do tema da cloroquina, demarcando o campo de oferta de alternativa a pessoas de direita e de esquerda, seguindo uma intervenção de dois militantes que numa *live* confirmaram, embora de modo hesitante, a associação do termo “tubaína” à tortura por afogamento.

Palavras-chave: História. Memória. Ditadura Militar. Tortura. Bolsonaro.

Abstract: The purpose of this article is discuss the relationship between history and memory. Starting from the episode in which the President of the Republic, Jair Bolsonaro, says the phrase “who is the right take chloroquine, who is the left, tubaína”, I follow the paths of the trouble relationship between history and memory, considering that the website Diário do Centro do Mundo (DCM) published an article referring “tubaína” as a type of torture. I discuss the issue of the memory of militants and victims of the dictatorship, who were heard by the DCM report, and who read between the lines of Bolsonaro’s words a reference to the traumatic past, trying to understand the reasons why memory evoked this reminiscence in the light of memory diffuse in a present coated with new and dangerous traumas. In preparing this article, I try to contextualize the discuss of the topic of chloroquine, demarcating the field of offering an alternative to people form the right and left, following an intervention by two activists who, in a live, confirmed, albeit hesitantly, the association of the term “tubaína” to torture by drowning.

Keywords: History. Memory. Military Dictatorship. Torture. Bolsonaro.

“Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, tubaína”

No dia 19 de maio de 2020, o Brasil registrou o recorde de 1.179 mortes em 24h pela Covid-19.¹ Cumprindo a previsão feita pelo então ministro da Saúde Nelson Teich, que havia saído do cargo há alguns dias para ceder o lugar ao general Eduardo Pazuello, era a primeira vez que o país



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

* Agradeço às sugestões e comentários dos membros do Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita (Politiza).

¹ O Brasil bateria sucessivos recordes de mortes diárias, atingindo o topo de 4.249 mortes num único dia em 8 de abril de 2021, chegando a marca de 579.643 e mortes e 20,7 milhões de infectados no em 30 de agosto de 2021. (UOL, 2021a; UOL, 2021b).

passava de mil mortes num dia. Em 30 de abril, quando o número diário de vítimas ainda era inferior a 500, Teich havia afirmado que, caso houvesse um crescimento significativo da pandemia, seria possível que chegássemos a um número de óbitos diários superior a mil, vaticínio que se cumpriu naquele dia 19 e depois se repetiria em vários dias seguintes (UOL, 2020a).

Após o primeiro quadrimestre do ano de 2020, o Brasil foi escalando os píncaros da tragédia mundial desencadeada pela pandemia do Novo Coronavírus. Como exemplo, o país, que entre o fim de março e princípio de abril alternava entre a 16ª ou 17ª posição do ranking de infectados com Portugal, cuja população é mais de vinte vezes inferior à sua, desgarrou-se do irmão lusitano e alcançou cerca de 380 mil infectados e quase 24 mil mortos, contra 30 mil contaminados e 1,3 mil mortos do país ibérico no dia 25 de junho de 2020. Tal escalada colocava o Brasil na segunda posição do triste ranking da pandemia, que tinha os Estados Unidos na liderança, com 1,7 milhões de infectados e quase 100 mil óbitos.

Com poucas políticas públicas para tratar do assunto, o governo federal parecia conspirar diariamente contra as medidas adotadas por estados e municípios. Neste aspecto, enquanto governadores e prefeitos estabeleceram decretos de distanciamento social desde meados do mês de março, ouvindo os epidemiologistas, infectologistas e demais especialistas, além de autoridades sanitárias do Brasil e do mundo, o presidente da República Jair Bolsonaro trabalhava para pôr fim às medidas de isolamento e distanciamento social implantadas com dificuldades em muitas localidades. Sempre acompanhado por empresários que diziam temer as “mortes” dos seus CNPJ, mas demonstravam pouca preocupação com os trabalhadores, Bolsonaro entabulava o discurso de que a economia não podia parar.

Constituindo um *modus operandi* de seus aliados mais próximos, de seus filhos e principais apoiadores, Bolsonaro insistia no uso da cloroquina e da hidroxicloroquina para o tratamento da Covid-19, apenas porque alguns médicos e cientistas haviam sugerido que funcionava, conforme insistentemente vinha dizendo. O dirigente brasileiro, que fazia coro com o presidente norte-americano Donald Trump, reproduzia as informações do cientista francês Didier Raoult, um personagem que virou referência obrigatória nos grupos de Whatsapp bolsonaristas e em artigos da imprensa de boa parte do mundo depois de dizer que a cloroquina curava a Covid-19 (SAYARE, 2020).

Ainda em março, quando a pandemia registrava seus primeiros casos no Brasil, Bolsonaro começou a anunciar a eficácia da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento da doença ligada à pandemia. Sem que houvesse qualquer evidência robusta de que a medicação pudesse funcionar no tratamento precoce da Covid-19, já que a posição dos defensores dessa terapia tinham caído em descrédito, a persistência de Bolsonaro num remédio que logo se comprovou sem eficácia contra o Novo Coronavírus, fez com que o remédio desaparecesse das farmácias, prejudicando pacientes que faziam tratamento da artrite, lupus eritematoso, doenças fotossensíveis e malária, para os quais a cloroquina é prescrita (FOLHA, 2020a).

No dia 20 de maio, contudo, o Ministério da Saúde, sob o comando do general Eduardo Pazuello, que assumira a pasta há alguns dias, finalmente autorizou o protocolo para o uso da cloroquina para Covid-19, até mesmo nos casos leves (UOL, 2020b). A tentativa de liberar o medicamento a qualquer custo teria sido o motivo principal para as saídas dos ministros Luiz Henrique Mandetta e do seu sucessor, Nelson Teich, do Ministério da Saúde.² Ambos teriam se recusado a assinar o protocolo de recomendação para o uso da cloroquina para Covid-19 e também eram bastantes céticos sobre a volta à normalidade a qualquer custo pela qual Bolsonaro

² Filiado ao DEM, partido pelo qual havia sido deputado, Mandetta, um médico de formação com especialidade em ortopedia, desligou-se do Ministério da Saúde em um momento que gozava de grande popularidade. Ao que se sabe, a demissão de Mandetta relacionava-se ao fato de que este esboçava algum apreço pela razão e pelo que os cientistas diziam em meio a um profundo obscurantismo. Por seu turno, o empresário Nelson Teich, também formado em medicina e com especialização em oncologia, saiu antes de completar 30 dias à frente da pasta, que certamente deveria ser a mais importante de qualquer governo em tempos de pandemia, talvez por motivos semelhantes.

pressionava (JUCÁ, 2021; G1, 2021).³

As discussões sobre o uso da cloroquina, que ocuparam demasiado espaço e energia de inúmeros cientistas desde o início da pandemia, foi parcialmente obscurecida naquele mesmo mês de maio por um debate, digamos, aleatório. Uma polêmica envolvendo a cloroquina ganhou as redes após uma transmissão ao vivo feita por Bolsonaro de uma entrevista que ofereceu ao jornalista pernambucano Magno Martins. O presidente, a pretexto de mais uma vez defender o uso do medicamento, ineficaz para a doença da pandemia, e de rebater os seus críticos, disse ao jornalista que o entrevistava, tentando encerrar o assunto: “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, tubaína” (LINDNER, 2020).

Tendo em vista que a reação inicial ao conteúdo da fala de Bolsonaro foi de que se tratava de uma “piada” alusiva a conhecido refrigerante brasileiro, bastante consumido entre os setores populares, no dia seguinte, a Associação de Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras), publicou nota defendendo “que o governo, ao invés de politizar o uso do medicamento, deve acabar com as regalias fiscais milionárias concedidas a multinacionais de bebidas na Zona Franca de Manaus, para amenizar o momento de crise econômica agravada pela pandemia no país” (FOLHA, 2020b). A entidade brasileira responsável pelos refrigerantes produzidos no Brasil, a pretexto de apontar a politização da cloroquina, aproveitava para criticar as isenções fiscais de fabricantes estrangeiros que produziam na Zona Franca de Manaus.

Não obstante, alguns setores não viram na fala de Bolsonaro uma piada inocente. Apontando que “tubaína” não era exatamente o líquido gasoso que fazia a festa das crianças de outrora, alguns veículos chamaram a atenção para a mensagem contida nas entrelinhas da fala do presidente. Dizendo tratar-se de um termo usado nos porões da Ditadura, algo que seria do conhecimento do ex-capitão, um declarado admirador do Regime Militar e com linguagem típica da usada nos porões, o que os críticos da piada furtiva diziam é que, sob a aparência de debochar da oposição, o que o presidente fazia era, na verdade, uma ameaça. Tal perspectiva foi defendida no dia seguinte à entrevista de Bolsonaro pelo site de notícias Diário do Centro do Mundo (DCM), que publicou uma matéria, assinada pelo redator Tchelo, sobre o que estaria por trás da utilização do termo que também tinha o nome de um refrigerante.

“O verdadeiro sentido da ‘tubaína’”

No artigo intitulado “O verdadeiro sentido da ‘tubaína’ de Bolsonaro: gíria de quartéis para tortura por afogamento”, o jornalista do DCM argumentava que o presidente repetia “uma piada interna, daquelas que só um círculo de amigos compreende”. Dizia o artigo que, talvez por ser desconhecida do grande público, o tema tivesse “passado batido para a maioria das pessoas”. Assegurando que tubaína seria uma gíria usada em quartéis para uma técnica de tortura “em que se coloca um funil na garganta da vítima e despeja-se água sem parar”, Tchelo reforçava a sua tese arguindo que Bolsonaro, ao final da frase dita na entrevista ao jornalista Magno Martins, ao perguntar, sorrindo, “entendeu?”, deixava claro a existência de “um segundo sentido”. De acordo com o artigo do DCM, o sugerido é que “nos bastidores do Planalto ele faz essa piada baixa faz tempo” (TCHELO, 2020).

A repercussão da notícia veiculada pelo DCM foi tal que no mesmo dia circularam, em grupos de WhatsApp e em inúmeras postagens nas redes sociais, uma ilustração descrevendo a “tortura d’água” que, usada na Idade Média, consistia na colocação de um funil na boca da vítima, por onde

³ Em depoimento oferecido à CPI da Covid-19, criada um ano depois de sua saída do Ministério, Mandetta confirmou o que vinha sendo dito, afirmando que seu desligamento do governo se deu por discordâncias quanto ao uso da cloroquina e ao tema do distanciamento social, que Bolsonaro era contra, entre outras questões. Sobre o medicamento, o ex-ministro chegou a dizer ter visto uma minuta do que seria um decreto para alterar a bula da Cloroquina onde seria incluído o tratamento da Covid-19. A versão de Mandetta sobre a bula da cloroquina também consta em seu livro, publicado após sua saída do governo. (MANDETTA, 2021, p. 146) Teich, por sua vez, também apontou discordâncias na condução da política sanitária e alegou falta de autonomia para comandar o Ministério da Saúde (G1, 2021).

era introduzido água em níveis que provocavam o afogamento. A modalidade de suplício medieval teria sido chamada, no Brasil da Ditadura Militar, de “tubaína”, conforme dizia o ativista Paulo Pimentel citado na ilustração do DCM (2020).

A associação de palavras a práticas da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) por Bolsonaro não era uma novidade. Em novembro de 2019, acusando servidores do IPHAN de dificultarem a vida do empresário e dono da rede de lojas Havan Luciano Hang, um conhecido bolsonarista, que pretendia construir uma obra na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, o presidente disse em uma transmissão ao vivo: “Eu tenho ascendência, porque os diretores, o presidente têm mandato, porque se não tivessem, eu cortava a cabeça mesmo. Quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não” (sic) (AMADO, 2020).⁴

A remissão à “ponta da praia” parecia ser clara, pois seria uma referência utilizada pelos agentes da repressão que diziam de um lugar de execução de presos políticos e opositores ao regime da ditadura, próximo à uma base da Marinha no Rio de Janeiro, na Restinga de Marambaia. Ou seja, tudo sugeria que o uso do termo “tubaína” pelo presidente, notório defensor do regime de 1964, tivesse o mesmo sentido que o aplicado à ponta da praia em outras ocasiões.⁵

Do mesmo modo, trocadilhos rasteiros e insultos diversos do chefe do executivo brasileiro frequentemente ocupavam a pauta dos jornais, como foi o caso das insinuações maliciosas e de conotação sexual à jornalista Patrícia Campos Mello, autora de extensa reportagem sobre os disparos de WhatsApp financiados por empresários a favor de Bolsonaro em 2018, e também de um livro sobre o assunto, editado em 2020 (MELLO, 2020). Em vista disso, por ocasião da CPMI das Fake News, criada para apurar o assunto em que havia fortes indícios da prática de crimes através de um chamado “Gabinete do Ódio”, enquanto saudava apoiadores na saída do Palácio do Alvorada, o presidente disse: “Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim [risos dele e dos demais]” (URIBE, 2020).

Por suas grosserias e insultos recorrentes, em função de suas ameaças abertas a opositores e pelo amor permanentemente nutrido e proclamado pela Ditadura Militar, pelos porões e por torturadores como Carlos Alberto Brilhante Ustra, homenageado no dia da votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pelo então deputado, seria difícil não acreditar que Bolsonaro pretendesse se referir a qualquer outra coisa que não fosse a tortura ao dizer que a esquerda deveria tomar “tubaína”.

Considerando que pessoas minimamente racionais se recusariam a embarcar na onda da cloroquina imposta pelo governante, seus filhos e principais apoiadores, o tom da fala do ex-capitão parecia sugerir um ato de violência, algo típico do arbítrio. Mas a fala de Bolsonaro seria mesmo uma referência a uma gíria usada na tortura por afogamento dos tempos da ditadura, como apontou o DCM, ou seria uma menção ao refrigerante de mesmo nome consumido no Brasil há muitos anos, como se supôs inicialmente?

Se de um lado tinha havido a reportagem do DCM vinculando o termo “tubaína” à prática de tortura, de outro houve quem dissesse tratar-se de uma referência a um refrigerante de “pobre” como maneira de despreço pela esquerda ou mesmo uma expressão usada em alusão à

⁴ A transcrição das palavras de Bolsonaro, que parecem bastante confusas, o que não chega a ser incomum na fala do presidente, está na coluna de Gilberto Amado no site da revista Época. O episódio do IPHAN voltou à baila depois da revelação do vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, por determinação do ministro do STF Celso de Mello, que vinha apurando as denúncias de interferência na Polícia Federal feitas pelo ex-ministro Sergio Moro (G1, 2020).

⁵ Apesar de presente em inúmeras reportagens da imprensa, o termo “ponta da praia”, como um local de assassinato e opositores, cujos corpos desapareciam nessa região da Restinga de Marambaia, não é facilmente encontrado na historiografia e pode se constituir num desses traços de memória oferecida por testemunhos ainda carente de confirmação. Sobre o assunto, o relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio, traz a poesia “Cemitério dos desaparecidos”, de Alex Polari de Alvarenga, publicada em 1978 no seu livro *Inventário de cicatrizes*. “Fala-se à boca miúda/ nos corredores do Cisa,/ Cenimar e Doi/ que a Vanguarda Popular/ Celestial/ como eles denominam o local que os/ guerrilheiros vão depois de mortos/ está sediada/ em algum ponto da Restinga de Marambaia/ É lá que os corpos dos militantes presos são jogados/ à noite de helicóptero:/ descrevem uma parábola/ no ar/ abrem uma fenda branca na espuma/se/ aprofundam e adormecem/sem vingança possível!” (RELATÓRIO).

intubação, comum nos tempos da pandemia em que pessoas são internadas em UTI's e terminam sendo intubadas pela necessidade de ajuda mecânica para poderem respirar.⁶ De uma forma ou de outra, a lógica de tentar ler nas entrelinhas aquilo que Bolsonaro quis dizer vinha prevalecendo no imaginário político do país e nas discussões nas mídias sociais, ao menos da parte dos setores identificados com a esquerda, que têm diversas razões para temer o discurso profascista do presidente. Afinal, o que queria dizer Bolsonaro ao sugerir que a direita tomasse cloroquina e a esquerda, tubaína?

Boatos ou sites de checagem que precisam ser checados

Mentiras não são exatamente um fenômeno novo na política. Como método, as mentiras foram as armas preferidas das ditaduras militares da América Latina e de outras ditaduras semelhantes pelo mundo. Mentiras foram usadas também pelo stalinismo, mas nenhum outro regime abusou tanto do expediente de falsificar a realidade, de forma metódica, como os fascismos, incluindo-se aqui a vertente mais mitômana representada pelo nazismo.⁷

Apenas para citar um dos exemplos mais sórdidos sobre o uso das mentiras para fins de propaganda política, a invasão da Polônia só pôde ser chancelada pela maioria dos alemães porque estes passaram a ver os judeus não apenas como os párias e avarentos do tradicional discurso antissemita, mas como perigosos inimigos étnicos, que trabalhavam para liquidar o povo germânico, como teriam feito em território polonês em seguida à invasão alemã em 1939.

A propósito do assunto, Richard Evans demonstra como Goebbels partiu do fato de que o regime nacionalista polonês, temendo a sabotagem da parte dos germânicos que viviam no país quando dos primeiros passos da invasão alemã, detiveram algo entre 10 e 15 mil germânicos que viviam em seu território, deixando também um rastro de cerca de 5,8 mil mortos que depois foram superdimensionados pela propaganda que passou a dizer que teriam sido 58 mil alemães étnicos mortos por judeus na Polônia.

O número não só convenceu a maioria dos alemães de que a invasão fora justificada, como também alimentou o ódio e o ressentimento sentidos pela minoria étnica alemã na Polônia contra os seus antigos senhores. Sob ordens de Hitler, esse rancor logo foi colocado a serviço de uma campanha de limpeza étnica e assassinato em massa que superou de longe qualquer coisa ocorrida depois da ocupação alemã da Áustria e da Tchecoslováquia em 1938 (EVANS, 2016, p. 28-29)

As mentiras, que na realidade foram absurdamente eficazes no convencimento de muitas pessoas tornando-as subitamente investidas de ódio extremo por qualquer um que tenha sido considerado o inimigo da vez, consubstanciaram boa parte dos regimes despóticos. Na ficção deram ensejo ao paroxismo da ideia de que “guerra é paz, ignorância é força, liberdade é escravidão” como slogan do Partido liderado pelo *Big Brother* da obra *1984*, de George Orwell. No livro *Winston Smith trabalha no Ministério da Verdade*, uma imensa máquina de propaganda encarregada de fabricar mentiras sobre tudo aquilo que pudesse afetar o regime da fictícia Oceânia, inclusive sobre a guerra que estava acontecendo: “O Partido diz que a Oceânia jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceânia fora aliada da Eurásia não mais de quatro

⁶ A propósito, por mais de uma vez Bolsonaro imitou pessoas com falta de ar ao se referir um dos sintomas mais cruéis da Covid-19 (PODER360).

⁷ A coleção de mentiras registradas na história é imensa, inclusive aquelas que, no Brasil, funcionaram como artilharia para alguns golpes. Em 1937, o chamado Plano Cohen, urdido pelo então capitão Olímpio Mourão Filho, foi usado por Vargas para dar o golpe do Estado Novo. Muitos anos depois, em 31 de março de 1964, a Ditadura, inaugurada pelo deslocamento de tropas, a partir de Minas Gerais, comandadas pelo mesmo militar, agora com a patente de general, foi o ponto de partida para a implantação do regime que pretendeu se justificar apontando os riscos do Brasil sucumbir a uma ditadura comunista. Mais recentemente, essa última narrativa veio ao encontro dos desejos dos bolsonaristas que pedem uma intervenção militar alegando que Bolsonaro enfrenta um sistema todo corrupto e dominado pelo “gramscismo” e pelo “marxismo cultural” que supostamente venceram a batalha pela memória no período da democracia (SENA JÚNIOR, 2020).

anos antes. Mas em que local existia esse conhecimento?”, o protagonista se perguntava: “Apenas em sua própria consciência que, de todo modo, em breve seria aniquilada”, concluía de maneira pungente a questão (ORWELL, 2009, p. 47).

Smith sabia que o Partido não apenas alterava o passado, mas simplesmente o destruía por completo, eliminando qualquer vestígio da sua existência. Com efeito, Winston Smith tinha a certeza de que o passado havia sido modificado, mas como os registros que constituíam a prova histórica, que poderia ser considerada objetiva, haviam sido todos removidos, não era possível dizer diferente daquilo que o governo do *Big Brother* dizia:

A história se interrompeu. Nada existe além de um presente interminável no qual o partido tem sempre razão. Eu sei, naturalmente, que o passado foi falsificado, mas eu jamais teria condição de provar esse fato, mesmo que tenha sido eu mesmo o autor da falsificação. Depois que a coisa está feita, nunca resta nenhuma prova. A única prova está dentro da minha cabeça, e não tenho nenhuma certeza de que outro ser humano partilhe minhas lembranças (ORWELL, 2009, p. 185).

Nem com toda a genialidade, Orwell foi capaz de imaginar um futuro com algo como a internet, as redes sociais e os algoritmos, a nos monitorar o comportamento e reunir condições para a manipulação e o controle. Com o advento e popularização da internet e das mídias sociais, mais recentemente as mentiras voltaram a dominar o ambiente político como forma de mobilização de ressentimentos, medos xenófobos e emoções irracionais baseados em teorias conspiratórias que, não raro, interferem nas eleições de diversos países, tornando o fascismo uma ameaça contemporânea (STANLEY, 2018).

As eleições brasileiras de 2018 foram palco privilegiado para a disseminação de mentiras, como bem observou Patrícia Campos Mello (2020). Repetindo o que havia ocorrido nas eleições estadunidenses de 2016, que deu ensejo à dicionarização do termo “pós-verdade” (D’ANCONA, 2018), no plebiscito britânico em que o Brexit foi aprovado, quando “gente má mentiu para gente idiota” (RUCINMAN, 2018), ou nas eleições italianas de 2013, que viram a ascensão do Movimento 5 Estrelas e do comediante Beppe Grillo ao parlamento (EMPOLI, 2020), o fato é que a preocupação com as mentiras que circulam nas eleições levou as instituições e os órgãos de imprensa a buscarem mecanismos para evitar as fraudes pela disseminação das Fake News, especialmente através das mídias sociais e dos grupos de Whatsapp.⁸

Da percepção da dimensão apelativa e devastadora causadas pelas Fake News na política, surgiram as agências de checagem, as *fact checking*, que passaram a oferecer ao cidadão a possibilidade de verificar se uma informação é, ou não, verdadeira. Obviamente que sendo espaço dominado por grandes empresas de comunicação, temerosas de perder o público e interessadas em garantir a “verdade” como “fato” por vezes sob o monopólio de quem tem condições de acessar a notícia e tradicionalmente está encarregado de divulgar e opinar, tais agências não podem ser percebidas como destituídas de ideologia, posições políticas e disposição de influenciar o debate em função dos próprios interesses. Todavia, tentando preservar a confiabilidade da informação, as *fact checking* fazem averiguações que podem ser ditas como rigorosas, prestando um importante serviço nesses tempos de mentiras instantâneas, “que dão a volta ao mundo, enquanto a verdade apenas calça os sapatos”.⁹

Foi justamente a propósito da checagem do uso do termo “tubaína” que o DCM noticiou como sendo uma informação subliminar de que se referia à tortura que uma dessas agências foi verificar a história. Buscando esclarecer o assunto e resolver a polêmica que tinha ganhado as

⁸ Como forma de combater as notícias falsas que circulam na internet, uma plataforma internacional chamada *Sleeping Giants*, que chegou recentemente ao Brasil, tem se ocupado em denunciar os financiadores dos sites de fake news. A iniciativa tem desagradado bastante os grupos bolsonaristas, que são os que mais disseminam mentiras e se beneficiam das fraudes veiculadas pela internet (PIRES, 2020).

⁹ A conhecida frase é atribuída ao romancista Mark Twain e também ao premier britânico Winston Churchill. A propósito do assunto, Giuliano Da Empoli cita uma pesquisa do MIT que demonstra que uma informação falsa tem 70% mais chances de ser compartilhada na internet do que uma informação verdadeira (2020, p. 78).

redes sociais, no dia 21 de maio o site “Boatos.org”, antecipando-se a outros veículos, concluiu que a associação de “tubaína” à tortura era uma notícia falsa. Apurando em fontes conhecidas dos pesquisadores, como o banco de dados do projeto Brasil Nunca Mais (BNM), além do site da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a agência de *fact checking* asseverou não haver comprovação nenhuma de que “tubaína” fosse “uma gíria associada à tortura por afogamento”, acrescentando ser tampouco possível dizer que Bolsonaro teria usado “uma mensagem subliminar para o termo”, ao que concluía: “Tudo que é dito ao contrário disso é uma ‘superinterpretação’ da fala sem provas que a embasa” (BOATOS.ORG, 2020)

Na mesma linha de raciocínio e acrescentando informações que não apareciam no site “Boatos.org”, no dia 22, o “UOL confere”, do grupo Folha, confirmou a informação de que o termo não aparecia em nenhuma das 850 mil páginas do projeto Brasil Nunca Mais. O site também citou a historiadora Ana Paula Britto, coordenadora do Memorial da Democracia da Paraíba, uma especialista no tema da Ditadura no Brasil, que também disse nunca ter visto ou ouvido falar que tubaína fosse o nome dado a algum tipo de tortura, acrescentando: “A gente já ouviu diversos relatos de tortura que incluíam introduzir, por exemplo, um cassetete envolto em um fio de arame farpado no ânus do preso. Chamavam isso de ‘entubar’, mas ‘tubaína’ nunca se falou” (TEIXEIRA, 2020).

O “UOL confere” informou também que, a seu pedido, Ana Paula Britto teria consultado ex-presos políticos, mas que ainda assim ninguém dizia conhecer o termo:

Conversei com um [ex-presos] de São Paulo e outro de Minas [Gerais]. Ambos já conversaram muito com outros e também não conhecem. Um deles falou de uma [prática] que era introduzir um plástico no ânus e ameaçar colocar um rato de laboratório, para ‘comê-lo’ por dentro. Chamavam de ‘cacete dentado’. Mas tubaína, não. (TEIXEIRA, 2020)

A conversa poderia ter sido encerrada por aí, mas a coisa não parecia ser tão simples como sugeriam as matérias das agências de checagem. O nobre e justificado propósito de desfazer uma suposta mentira ou algum tipo de erro pode engendrar outros equívocos, às vezes não intencionais. Ainda mais quando, posando de neutras, as *fact checking*, mais habituadas às mentiras da extrema-direita, volta e meia também julgavam como falsificações intencionais as posições surgidas em sites de esquerda, como modo de oferecer tratamento igual aos dois supostos extremos do espectro político.

O significado de se assumir, em última instância, que a palavra de uma agência de checagem é a última de qualquer assunto, é esquecer que uma *fact checking* é ligada a uma empresa de comunicação que trabalha na verificação de fatos, não por amor à verdade, mas por dever do ofício, por reserva de mercado, ou em função de seus interesses últimos. Mesmo reconhecendo-se a importância deste procedimento, o trabalho sério de inúmeros jornalistas e com a devida atenção à palavra dos especialistas eventualmente consultados, é preciso ter o cuidado e avaliar também o trabalho das agências.¹⁰

Diante disso, convém dar espaço para a dúvida e voltar a conceder voz ao DCM, seus jornalistas e suas fontes consultadas, que lamentavelmente não foram sequer citados nem pela agência “Boatos.org” nem pelo “UOL confere”, que se referiram ao tema a partir daquele que circulava nas redes sociais referindo-se aos seus emissores como sites “contrários ao presidente”.

No dia 21 de maio, o site LeiaJa corroborou a informação que aparecia na matéria do DCM introduzindo um importante personagem na história, o ex-deputado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presos político, torturado dos tempos da Ditadura, Adriano Diogo. De acordo com Diogo, que presidiu a Comissão da Verdade em São Paulo, “Tubaína era um apelido dado a um tipo de tortura”. Para o ex-presos político, “Esse jargão de chamar o afogamento de tubaína era comum entre os militares. Ouvimos isso várias vezes. O torturador falava: ‘quer tomar uma tubaína filho da

¹⁰ Mesmo sem ser o caso da especialista consultada para opinar sobre a questão da “tubaína”, não é difícil saber como os meios de comunicação corporativos escolhem a dedo os “especialistas” para dizerem exatamente aquilo que querem.

p...’ e introduzia o funil na boca (dos torturados) por onde colocava água e até líquidos mais complicados, como o óleo de rícino” (LEIAJA, 2020).

Foi, entretanto, o próprio DCM que comprou definitivamente a briga através da matéria assinada por Joaquim de Carvalho com o título “A tubaína, fake news e sites de checagem que precisam ser checados: DCM não errou”. Na matéria, em que Carvalho cita o artigo de Tchelo, que teria rendido ao site 39 mil likes e milhares de compartilhamentos, Carvalho volta a insistir que Bolsonaro é conhecido por fazer permanentes associações com jargões da Ditadura, como tinha acontecido quando se referiu à ponta da praia. Mas Carvalho também dá a palavra a quem conhece do assunto por ter vivido a tortura na pele, como o próprio Adriano Diogo, para quem: “Não há o termo específico para esse tipo de tortura, tubaína pode ser um deles, como dar um Dreher, levar para a ponta da praia, dar água, matar a sede. Os torturadores usavam metáforas para dizer o que pretendiam fazer” (CARVALHO, 2020).

Ao fim da matéria, depois de dizer “Bolsonaro usa linguagem cifrada para explanar o ódio por quem pensa de maneira diferente”, Carvalho reforça que “Ponta da praia ou tubaína [não] são expressões ditas ao acaso”.

A história, a memória e outros quejandos

A relação entre história e memória sempre foi tema conflituoso, embora necessariamente incontornável para quem lida com o passado. Inicialmente, conforme defende o sociólogo Maurice Halbwachs, um dos pioneiros da investigação da memória entre os estudiosos das humanidades, história e memória não devem se confundir, posto que enquanto esta é o espaço da emoção e da afetividade, aquela é o terreno da razão, da verificação e da prova objetiva (2006, p. 101-102). Durkheimiano de formação, Halbwachs, que escreveu uma obra seminal sobre o assunto, defende que a separação entre memória coletiva e história é condição necessária para a afirmação da importância de ambas:

A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. (HALBWACHS, 2006, p. 101-102)

Tendo o mérito de abrir o caminho para a reflexão sobre a dimensão coletiva da memória relacionando-a à história, tirando-a do âmbito exclusivo da psicologia, em meados do século XX Halbwachs ainda não era capaz de entender as implicações do tempo presente que atuam na confecção da história, algo que termina impondo que as duas formas de operar o passado terminem por se encontrar, imbricando-se em muitos aspectos e influenciando-se reciprocamente.

Passados 70 anos da publicação da obra de Halbwachs, nenhum historiador que se preze, ainda mais se lida com passados recentes e traumáticos, pode ignorar a maneira como a memória se interpõe como condição para a produção da história, seja ela a de tempos remotos ou então, e principalmente, a de períodos recentes.

Posto que uma das formas de acesso à história dos grupos subalternos pressupõe o apelo à lembrança e à recordação daqueles que deveriam esquecer e, talvez, serem esquecidos, os que falam apenas pelas vozes trazidas pela insistência em rememorar, põem o testemunho em permanente contato com a história, haja vista que carregam na pele as marcas de tristes recordações. “Não temos regresso. Ninguém deve sair daqui, pois poderia levar para o mundo, juntamente com a marca gravada na carne, a terrível notícia do que, em Auschwitz, o homem teve

coragem de fazer ao homem”, escreveu Primo Levi, o judeu italiano, sobrevivente do Holocausto (2013, p. 56).

As palavras de Levi, o primeiro a testemunhar sobre a tragédia tendo-a sentido na própria carne, impuseram aos historiadores uma outra forma de compromisso com este tipo de passado, significando que o tratamento dos campos de concentração nazistas não era uma operação qualquer de quantificação de mortos e simples compreensão do enredar de acontecimentos.

Entretanto, a função da história é compreender, e embora Levi se ressinta de que compreender seja quase que justificar, o italiano tem em conta que, como “as recordações que jazem em nós não estão inscritas em pedras”, elas “tendem a apagar-se com os anos”. Mais que isso “muitas vezes se modificam ou aumentam, incorporando elementos estranhos”. (LEVI, 2016, p. 17) Com efeito, o que se impõe aos historiadores é responsabilidade da precisão sem que, contudo, se desacredite dos testemunhos, cujas memórias podem ser falhas ou mesmo divididas, como aponta Alessandro Portelli (2006, p. 105).

De uma forma ou de outra, não pode haver história de tempos recentes, história de tempos traumáticos sem que os historiadores dialoguem constante e respeitosamente com a memória das testemunhas, porque a história não é um dado morto e mesmo que não sejamos capazes de transformar o passado em si, na medida em que o indagamos a partir do presente, a história se transforma conforme as perguntas mudam e em função daquilo que os documentos guardados nos arquivos nos dão a conhecer: “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado”, escreveu Hobsbawm (1998, p. 256), ele mesmo um historiador empenhado em não confundir suas memórias com a história que escrevia.¹¹

Diferentemente de quem lembra ou do memorialista, entretanto, porque pautado por um método que se pode chamar de científico, o historiador tem por obrigação a crítica da sinceridade e a crítica da exatidão, dois aspectos necessários na conformação do ofício (PROST, 2008, p. 59). Do contrário a própria história estaria sujeita às idas e vindas do processo de recordar que, não raro, supõe reconfigurações advindas da transformação da memória e também em função da pressão dos poderosos que dispõe sobre a maneira como o passado deve ser recordado.

Walter Benjamin, um dos autores que melhor nos ensinaram sobre essa relação permanentemente ressignificada com o passado como produto dos laços entre a história e a memória, chama a atenção sobre a importância de recuperar a reminiscência no âmbito da produção do historiador. O filósofo alemão apontava que “é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura”. Nesse sentido, perceber a diferença entre o acontecimento vivido, que é finito, porque “encerrado na esfera do vivido”, e o acontecimento lembrado, que “é sem limites, porque “é apenas uma chave para o que veio antes e depois”, é indispensável quando se opera sobre essa relação incontornável entre a história e a memória (BENJAMIN, 1994, p. 37).

Para que se entenda os processos dialéticos de imbricação e distinção entre as duas formas de recordar o tempo passado, como acontecimento vivido e acontecimento lembrado, não parece ser suficiente reconhecer que a história e a memória são diferentes. É preciso que se aceite que ambas interagem de modo permanente como elaboração e representação do passado, influenciando-se de modo recíproco e não-hierárquico.

Dito isto, convém percorrer os meandros da ideia que aticou a vinculação do termo “tubaína” às práticas da tortura no Brasil dos tempos da Ditadura, para muito além do jogo de palavras e permanente evocação da política de morte de Bolsonaro. O fato de o presidente fazer trocadilhos ou discursos subliminares não pode nos induzir ao erro de dizer que a referência à “tubaína” tenha o sentido proposto no artigo de Tchelo para o DCM apenas porque sabemos que Bolsonaro é capaz de dizer tamanha barbaridade. A propósito, apesar de repetir duas vezes a frase sobre a cloroquina

¹¹ Após escrever no prefácio de *Tempos interessantes*, sua autobiografia, que aquele livro era o “avesso de Era dos extremos” (2002, p. 11), Hobsbawm afirma que “a história necessita de distanciamento, não apenas das paixões, emoções, ideologias e temores de nossas próprias guerras religiosas, mas também das tentações ainda mais perigosas das ‘identidades’” (2002, p. 451).

e a tubaína e concluir com uma risada cínica ou “forçada e amedrontadora”, em nenhum momento o presidente fechou seu argumento com a pergunta “entendeu?” como se pretendesse deixar claro haver um “segundo sentido”, como consta no texto (TCHELO, 2020).

Contudo, a dúvida permanece: tubaína seria mesmo um refrigerante ou uma referência subliminar à tortura?

A fonte da matéria original do DCM parece ter sido Adriano Diogo, não obstante Tchelo não o tenha citado. Diogo e Ivan Seixas, outro ex-militante que também havia sido preso e torturado na Ditadura, participaram de uma *live* organizada pelo DCM na tarde/noite do dia 22 de maio, ainda no calor da polêmica sobre a questão da tubaína. Seixas, como Diogo, também havia sido membro da Comissão da Verdade e certamente tinha muita contribuição a oferecer sobre o assunto.

Na transmissão de quase duas horas de duração, foram tratados muitos assuntos relacionados ao governo Bolsonaro, mas o tema que nos importa aqui tem a ver com a memória (e também a história) e se relaciona à polêmica quanto ao uso do termo “tubaína” associado à tortura. No ponto 51’.56” da transmissão, a questão aparece, sendo Ivan Seixas o primeiro a tratar do assunto. Vale a pena acompanhar suas palavras:

Eu acho engraçado, Joaquim [Carvalho, mediador do debate], o pessoal da esquerda tem uma preocupação muito grande em fazer o serviço da direita. De saber se o que o Adriano falou é verdadeiro (...) A palavra tubaína é uma das tantas outras palavras.... porque isso é gíria deles, eles é que tinham. Então leva pro submarino. Leva pro submarino era pegar você e fazer o afogamento. (...) Eu passei por afogamento. Que foi uma toalha, um pano molhado colocado sobre a boca e sobre o nariz. Você afoga igualzinho e joga a água em cima para não secar e você afoga (...) Isso é o afogamento que leva o nome de submarino, que leva o nome de tubaína, que leva o nome de tantas coisas. O nome pouco importa, pouco importa. Essa ideia de como é que foi. Eu fui perguntado sobre isso por algumas pessoas. Eu não tenho assim com exatidão, o Adriano [Diogo] também não tem... nós ficávamos dentro da comissão, tínhamos a vida voltada para a Comissão da Verdade e nós éramos quase um para-raio de todas as canalhices que a ditadura fez. As pessoas vinham, contavam a sua história, tenebrosa, horrorosa e iam embora. Nós ficávamos. Nessa condição você é uma pilha, você vai acumulando histórias. Então eu, Adriano, nós não temos condições de dizer quando foi dito isso, por quem foi dito. *Eu lembro vagamente*, o Adriano deve lembrar, talvez, que uma figura, acho que era um escrivão, que falou, com todas as letras “nós recebíamos uma ajudinha, um presentinho”, que era o dinheiro que eles recebiam pra torturar a gente. Ele também falou “dá tubaína pra ele”, como sinônimo de afogamento. Então assim, *eu lembro vagamente*. Isso, vou te falar, sinceramente *o nome pra mim pouco importa*. Agora o Bolsonaro falar isso, como ele falou, de levar para a Ponta da Praia, que é onde há a restinga da Marambaia, onde mataram várias pessoas, que se sabe, a gente não sabe onde estão, mas estão lá, *o nome pouco importa*, mas o tempo inteiro estar homenageando torturador, usando expressões de torturadores, é que é o mais complicado. Então a gente tem que estar sempre preocupado em fazer essa condenação. (DCM, 2020, grifos nossos)

A longa citação é necessária para que se perceba o modo como o assunto é tratado. O ex-presos político, embora insista na ideia de que a expressão pudesse ter surgido nos porões da Ditadura, admite que nem ele nem Adriano Diogo podem confirmar que de fato tenham-na ouvido em algum momento. Frases vagas e hesitantes são recorrentes e elucidativas do modo como a memória funciona. Surgindo inadvertidamente de modo quase informal, tais frases sugerem a insegurança relacionada à informação, como “eu lembro vagamente”, o “nome pouco importa”, entre outras que nos fazem duvidar da afirmação contida nos artigos do DCM e do LeiaJa que asseguram que tubaína foi um termo usado para designar a tortura por afogamento.

Por sua vez, Diogo endossa o que foi dito por Seixas, acrescentando outros elementos que são sugestivos da relação que o próprio personagem, testemunho do Regime Militar, vítima da tortura e depositário de tantas informações e memórias, tem com o assunto e que ganharam novos significados no contexto atual, ao seu modo, também traumático. Diogo alude à reunião recente que Bolsonaro tivera com o major Curió, um conhecido torturador e executor de militantes que tinham sido presos no Araguaia, e cita a reportagem de Maurício Meirelles, para o caderno Ilustrada

da Folha, que diz que o livro Orvil inspira a guerra cultural de Bolsonaro¹² (MEIRELES, 2020). O ex-deputado do PT fala ainda da matéria do DCM, dizendo que o texto de Tchelo era muito bem feito e que havia ficado aborrecido com a repercussão contrária, pois tinha visto uma “meninada, especialista em ler relatório” dizer que “tubaína não era uma espécie de tortura”. Diogo refere-se à reportagem publicada pela agência “Boatos.org.” e se queixa de ser chamado de “boateiro”.

A indignação de Adriano Diogo reaparece em matéria do dia 24, publicado também no DCM, com o título “A realidade da tortura não é uma disputa semântica”. No texto, o ex-deputado do PT paulista escreve:

É fato que as técnicas de afogamento, por mais cruéis que fossem, por imersão ou inserção de líquidos (água, salmoura, óleo de rícino) não só pela boca, como pelo ânus, foram fartamente documentadas, mas *sem menção à palavra tubaína*. E é provável que esse “jargão dos torturadores” talvez nunca apareça. Como tantos outros fatos que foram sufocados durante mais de 30 anos, apesar de todos os esforços empreendidos até agora.

Em seguida, acrescenta:

Podemos nunca encontrar o termo nos arquivos, mas que fique claro que nunca houve tentativa de fraude, mas de explicar tudo aquilo que se passou no período e que a frase e a intencionalidade toda vez em que Bolsonaro fala e vemos a expressão da maldade, da busca da criminalização daqueles que foram torturados e perseguidos. (DIOGO, 2020, grifos nossos)

Decerto que quem viveu a tortura na pele exige, no mínimo, respeito de qualquer estudioso que lida com o assunto apenas na perspectiva de quem busca compreensão ou explicação para as atrocidades do passado. Não pode haver dúvidas de que no caso em tela não houve nenhuma tentativa de fraudar a história ou praticar algum tipo de impostura.¹³ Parece ter havido um episódio de aparente “distorção” da memória, algo bastante comum em situações em que a pressão para lembrar produz reminiscências que não se confirmam pelas provas contidas na documentação conhecida pelos historiadores. Entretanto, o que se tem nessas situações é mais um recurso para se entender o presente, pois é deste tempo que se trata, já que a memória é, além de fonte para os historiadores, um objeto fundamental para auxiliar na compreensão da relação do presente como o passado.

Já que tanto Ivan Seixas como Adriano Diogo, entre tantos outros que foram vítimas da Ditadura, têm reais e consistentes motivos para estarem assombrados pela chegada ao poder de alguém que celebra o arbítrio, a tortura e o estado de exceção, não é de menor importância que procurem ler nas entrelinhas do discurso de Bolsonaro uma efetiva ameaça de retorno ao passado. Contudo a discussão fundamental neste caso diz respeito ao fato de que, ao se modificar, a memória pode recuperar acontecimentos que se relacionam com o presente de quem lembra. De acordo com Koselleck:

O que de fato aconteceu sempre já está superado, e o que disto se relata não atinge mais o que ‘propriamente’ aconteceu. A história desaparece no seu efeito. Ao mesmo tempo, ela é mais do que o eventual efeito que produz em determinadas situações. Pois os próprios efeitos se modificam sem que a história, uma vez passada, deixe de ajudar a criá-los. Toda a interpretação retrospectiva se alimenta de um acontecer passado, ao qual, em cada hoje, mais uma vez a palavra é dada. Uma história, portanto, forma uma parte do decurso estratificado do tempo, no qual, consciente ou inconscientemente transmitida, ela é sempre de novo rearticulada (2006, p. 250).

¹² Publicado oficialmente em 2012, três anos após ser revelado pelo jornalista Lucas Figueiredo, o Orvil (“livro” escrito de trás pra frente), tem o título oficial de *O livro negro do terrorismo no Brasil* e vem a ser uma “resposta” ao projeto Brasil Nunca Mais produzido ainda nos anos 1980 sob orientação do general e ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves (MEIRELES, 2020).

¹³ Sobre uma conhecida impostura praticada na história, Javier Cercas escreveu um dos livros mais fascinantes para se entender como uma fraude pode ser elucidativa de uma época repleta de traumas, memórias e esquecimentos (2015).

Portanto, enquanto de um lado a memória da Ditadura tornou-se um imperativo de quem teme, no presente, um retorno ao passado, tendo em vista sua dimensão rediviva, de outro é sempre “em cada hoje” que a palavra é dada. E foi nesse hoje de Adriano Diogo, Ivan Seixas e Paulo Pimentel, citado na gravura medieval, que a lembrança da tortura se relacionou com a tubaína da frase de Bolsonaro.

Mesmo admitindo que história e memória não podem se confundir, que cada uma cumpre um papel importante de articular a reminiscência à textura do presente, não parece razoável supor que deva haver alguma hierarquia a separá-las. Convém muito mais tentar entender o modo pelo qual a memória se transforma, sendo esta a preocupação dos historiadores, ainda que tentando corrigir eventuais erros. É dessa capacidade de lidar com a memória, num dos pontos em que ela enriquece o conhecimento, que podemos extrair as melhores lições do episódio:

Alguns praticantes de história oral, na ânsia de corrigir preconceitos e fabulações, deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, e não perceberam como o processo de lembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual. Ao tentarem descobrir uma única história, fixa e recuperável, alguns historiadores orais foram levados a negligenciar os muitos níveis da memória individual e a pluralidade de versões do passado, fornecido por diferentes interlocutores. Eles não se deram conta de que as “distorções” da memória podiam ser um recurso, além de um problema (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 67)

No caso aqui tratado, não são os historiadores orais que apontam a aparente “distorção” da memória, mas os jornalistas das *fact checking*, que não estão interessados em perceber as nuances da memória individual e coletiva confrontada com a experiência ameaçadora de possibilidade de retorno à ditadura. Mas não seria de modo algum problemático que a “meninada, especialista em ler relatório”, quer dizer, os jornalistas, fossem também os historiadores buscando a confirmação da associação da palavra “tubaína” a uma forma de tortura.

Mesmo reivindicando a legitimidade do direito de testemunhos se expressarem, aqueles que são detentores de “memórias fortes” relativas a passados traumáticos, em plena revolta ético-política contra o silêncio cúmplice, não podem pretender que suas lembranças sejam as únicas válidas e que se possa com isso superar a história ou mesmo substituí-la. De acordo com Enzo Traverso, “Quanto mais forte é a memória – em termos de reconhecimento público institucional –, mais o passado de que é vector se torna susceptível de ser explorado e historicizado” (2012, p. 58, 84).

E o significado disso é que é no imbricamento entre presente e passado que a lembrança se impõe. Ou seja, ao intuirmos sobre uma nova imposição de silêncio em função do fato de que o Brasil voltou a ser governado por militares, mesmo sem que tenhamos, pelo menos até o momento, uma ditadura, é absolutamente legítimo que as vozes silenciadas das vítimas, das testemunhas e de todos aqueles que lutaram contra o arbítrio, sejam ouvidas. É preciso ouvir as vozes dos que foram vencidos e silenciados, com o cuidado para evitar que se exponham aos inimigos.¹⁴

Discutindo a maneira como o filme *Shoah*,¹⁵ de Claude Lanzmann, pretendia ser a própria Shoah,¹⁶ Enzo Traverso aponta o erro de se querer simplesmente reduzir a história e o próprio

¹⁴ A respeito do assunto, no ótimo livro em que narra a sua contenda nos tribunais britânicos onde enfrentou o negacionista David Irving, que lhe processou por conta da obra *Denying the holocaust*, a historiadora estadunidense Deborah Lipstadt aborda como a defesa traçou uma estratégia decidindo por não chamar nenhum dos sobreviventes como testemunhas, tendo em vista a memória difusa que podia ser explorada pelo contraditor disposto a promover a humilhação de vítimas do Holocausto. (2017) A obra deu origem a um excelente filme dirigido por Mick Jackson, em 2016, também chamado de *Negação* e estrelado por Rachel Weisz, Tom Wilkinson, Timothy Spall e Andrew Scott.

¹⁵ *Shoah* consiste numa produção francesa de 1985, uma obra documental que visita a memória de sobreviventes do Holocausto, uma obra de mais de dez horas de duração.

¹⁶ A palavra hebraica Shoah, que significa “destruição, ruína, catástrofe”, é usada preferencialmente pelos judeus para se referirem ao que se chama no ocidente de Holocausto. Segundo o Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) das USP, “A palavra holocausto tem origem grega (‘holókauston’) e conotação bíblica, significa

acontecimento a uma mera “construção discursiva, a um relato moldado pela linguagem no qual o testemunho deixa de remeter para uma realidade factual originária e fundadora, mas na qual, pelo contrário, a memória se basta a si própria ao construir-se como acontecimento”. Para o historiador italiano, é pelo trabalho do historiador que se pode supor sobre os “porquês”, algo que é necessário para a compreensão do passado, ainda que este seja percebido não como algo morto, mas repleto de significados, tragédias e lutas que devem ensejar empatia de todos aqueles que estudam o assunto (2012, p. 95-96).

À guisa de conclusão

A memória sobre o uso do termo “tubaína”, que não aparece nos registros, que não consta em nenhum documento até então conhecido dos pesquisadores e que não está na transcrição dos depoimentos que estão disponíveis, pode ter sido uma associação involuntária da reminiscência de vítimas da tortura diante do risco de instauração de uma nova ditadura no país. Quando não, a vinculação da “tubaína” à tortura pode ter ocorrido por um lapso de memória de quem carrega inúmeros fardos, entre eles o de ser permanentemente instado a lembrar e também ser depositário de suas próprias dores e de dolorosas lembranças de tantas outras pessoas, como recordou Ivan Seixas na *live* citada acima.

Sendo efetivamente um lapso de pessoas que foram vítimas da tortura, a necessidade que os historiadores (e eventualmente os jornalistas) têm de restaurarem a verdade sobre o fato é incontornável, mesmo sendo indispensável que isso seja feito com respeito à palavra das testemunhas, sem desconhecer que a memória, além de fonte, é um importante objeto da História.

É justamente à “meninada acostuada a ler relatórios” e vasculhar informações nos arquivos que cabe a principal responsabilidade por destrinchar o passado e não permitir que esse seja perdido com a memória dos militantes que lutaram contra a Ditadura e que foram suas vítimas. Esse é o único modo de impedir que o poder seja o detentor da última palavra, como temia George Orwell, ou que o inimigo continue a vencer, como aponta Benjamin¹⁷ (1994, p. 224-225).

Mesmo sem ser uma questão semântica, como apontou Adriano Diogo, importa saber se o termo “tubaína” foi ou não usado como gíria para tortura nos tempos da Ditadura. Importa não em função de algum capricho de historiadores e jornalistas, que talvez não tenham coisa melhor para fazer, mas, principalmente, para pensarmos como as referências ao passado podem ser usadas por personagens do presente que voltam a nos ameaçar com novos golpes.

O debate surgido em torno do tema é necessário porque nos ajuda a entender melhor Bolsonaro e o bolsonarismo, mas nos oferece também uma oportunidade para refletirmos sobre a memória coletiva e para discutirmos sobre os usos políticos do passado e as batalhas sobre o que foi a Ditadura Militar no Brasil. Impõe-se aos historiadores a obrigação de constituírem uma retaguarda firme e racional contra o obscurantismo e as leituras negacionistas sobre o golpe e a Ditadura, sobre a própria tortura, sem deixar de ter empatia com os vencidos.

Nos habituamos a tentar ler nas estrelinhas daquilo que Bolsonaro diz, já que se reportando ao passado, o presidente costuma se referir aos seus desejos para o futuro. Entretanto nem sempre aquilo que Bolsonaro diz pressupõe que haja alguma coisa por trás das suas intenções, por si só, bastante absurdas. A técnica conhecida de enfiar um funil na garganta das vítimas imobilizadas e despejar água era chamada quase sempre de “afogamento” (que têm outras variáveis) e até o

‘sacrifício em que a vítima é queimada viva’, ou ‘sacrifício pelo fogo’. Foi usada na tradução grega da Bíblia para a palavra hebraica *oleh*, que designa um tipo de sacrifício dedicado a Deus, apresentando o mesmo significado entre os antigos hebreus. Pela sua significação, a palavra Holocausto é considerada inapropriada, mas ela adquiriu na historiografia e na literatura o sentido histórico expresso por Shoah. Nas últimas décadas o termo Shoah tem sido mais utilizado, em especial em decorrência do famoso documentário Shoah de Claude Lanzman, de 1985. A historiografia também utiliza o termo ‘Auschwitz’ para expressar o fenômeno do Holocausto, por Auschwitz ter sido o maior campo de assassinato em escala industrial e das demais atrocidades do nazismo” (DIVERSITAS).

¹⁷ “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.

momento não há evidências suficientes que demonstrem que também fosse chamado de “tubaína”.

Enquanto a palavra “tubaína” não aparece na documentação ou não é confirmada de maneira mais enfática por testemunhos que podem vir a tornar uma evidência forte numa prova robusta, não é possível confirmar que aquilo que foi dito na matéria do DCM seja verdadeiro. Ou seja, se admitirmos que a história pode ser tratada apenas ao nível das sentimentalidades, reminiscências e das lembranças furtivas, estaremos abrindo espaço para que o negacionismo avance e se torne a única forma possível de leitura do passado, afinal de contas, é o próprio Bolsonaro quem recomenda para que as pessoas esqueçam os historiadores e indaguem aos seus pais e avós sobre o “movimento de 1964” e o “Regime Militar”.

As condições para a ascensão do bolsonarismo têm similaridades com as condições existentes na ocorrência do fascismo histórico, nos anos 1920 e 1930, na Itália e na Alemanha. Os fascistas, que governaram alguns países por anos, na base do terror, podem não ter sido os mais qualificados, mas foram sempre bastante perigosos, porque estavam armados e convenceram gente desesperada, investida de ódio e preconceito, de que eles podiam melhorar suas vidas pela simples eliminação do “outro”. Foi isso que permitiu ao fascismo existir, ascender ao poder e governar e é isso que existe no Brasil e se converte na ameaça de uma nova ditadura.

No futuro, os historiadores e as pessoas que lembram vão se perguntar novamente como foi possível, como pôde acontecer. E serão justamente os historiadores os profissionais necessários para fazer a sociedade lembrar aquilo que ela vai insistir em esquecer.

Referências

AMADO, Guilherme. Bolsonaro sugere lugar de execução da ditadura para servidores públicos. *Época*, 2020. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/veja-a-ilustracao-da-tubaina-de-bolsonaro-uma-tecnica-de-tortura-que-surgiu-na-idade-media/>. Acesso em 02/06/2021.

ASSOCIAÇÃO de refrigerantes repudia piada de Bolsonaro sobre tubaína. *Folha*, 2020b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/associacao-de-refrigerantes-repudia-piada-de-bolsonaro-sobre-tubaina.shtml>. Acesso em 02/06/2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, (Obras escolhidas, v. 1).

BRASIL tem novo recorde com 4.249 mortes por Covid em 24h. *UOL* 2021a. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/04/08/brasil-tem-novo-recorde-de-4249-mortes-por-covid-em-24-horas.htm>. Acesso em 30/08/2021.

BRASIL registra 313 mortes por Covid em 24h e mais 12 mil casos. *UOL* 2021b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/08/pais-registra-313-mortes-por-covid-em-24-h-e-mais-de-12-mil-casos.shtml>. Acesso em 30/08/2021.

CARVALHO, Joaquim de. A tubaína, fake news e sites de checagem que precisam ser checados: DCM não errou. *DCM*, 2020. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-tubaina-fake-news-e-sites-de-checagem-que-precisam-ser-checados-dcm-nao-errou/>. Acesso em 02/06/2021.

CERCAS, Javier. *O impostor*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

COVID-19: Teich alerta ser possível chegar a mil mortes no Brasil. *UOL* 2020a. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/30/coronavirus-teich-que-e-possivel-o-brasil-chegar-a-1000-mortes-por-dia.htm>. Acesso em 02/06/2021.

D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*. A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DIOGO, Adriano. A realidade da tortura não é uma disputa semântica. *DCM*, 2020. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-realidade-da-tortura-nao-e-uma-disputa-semantica-por-adriano-diogo/>. Acesso em 07/06/2021.

EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2020.

EM reunião ministerial Bolsonaro relata como agiu no Iphan após queixa de empresário apoiador. *G1*, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/23/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-relata-como-agiu-no-iphan-apos-queixa-de-empresario-apoiador.ghtml>. Acesso em 02/06/2021.

EVANS, Richard. *Terceiro Reich em guerra*. São Paulo: Planeta, 2016.

FAGUNDES, Murilo. Bolsonaro volta a imitar pessoa com falta de ar e chama Mandetta de “canalha”. *Poder360*, 2021, Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-volta-a-imitar-pessoa-com-falta-de-ar-e-chama-mandetta-de-canalha/>. Acesso em 30/08/2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HELENO viola a Segurança Nacional e Bolsonaro quer a guerra civil. *DCMTV*, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pXP92Dc1KjA&t=3407s>. Acesso em 07/06/2021.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLOCAUSTO e anti-semitismo. *Diversitas*, <https://diversitas.fflch.usp.br/holocausto-e-anti-semitismo>. Acesso em 16/08/2021.

JUCÁ, Beatriz. Mandetta impõe desgaste a Bolsonaro na CPI da Covid-19, mas é Teich quem pode emparedar o planalto. *El País*, 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-05/mandetta-impo-e-desgaste-a-bolsonaro-na-cpi-da-covid-19-mas-e-teich-quem-pode-emparedar-planalto.html>. Acesso em 02/06/2021.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

LINDNER, Julia. “Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaína”, diz Bolsonaro sobre liberação. *Estadão*, 2020. Disponível em <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,quem-e-de-direita-toma-cloroquina-quem-e-de-esquerda-tubaina-diz-bolsonaro-sobre-liberacao,70003308307>. Acesso em 02/06/2021.

LEVI, Primo. *Se isto é um homem*. 10. ed. Alfragide, 2013.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIPSTADT, Deborah. *Negação. Uma história real*. São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil. Os bastidores da luta contra o coronavírus*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2021.

MEIRELES, Maurício. “Orvil”, livro secreto da ditadura, inspira guerra cultural de Bolsonaro. *Folha*, 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/orvil-livro-secreto-da-ditadura-inspira-guerra-cultural-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em 07/06/2021.

MELLO, Patrícia Campos. *A máquina do ódio*. Notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MINISTÉRIO da Saúde divulga diretrizes para tratamento medicamentoso de pacientes. *Ministério da Saúde*, 2020 (atualizado em 21/05/2020). Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-divulga-diretrizes-para-tratamento-medicamentoso-de-pacientes>. Acesso em 02/06/2021.

NÉLSON Teich depõe na CPI da Covid; veja frases. *G1*, 2021. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/05/cpi-da-covid-depoimento-ex-ministro-da-saude-nelson-teich-frases.ghtml>. Acesso em 02/06/2021.

ORWELL, George. 1984. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PACIENTES que usam hidroxicloroquina já não acham o remédio em farmácias. *Folha*, 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pacientes-que-usam-hidroxicloroquina-ja-nao-acham-o-remedio-em-farmacias.shtml> Acesso em 02/06/2021.

PIRES, Breiller. Com crescimento acelerado, *Sleeping Giants* irrita tropa de choque bolsonarista e governo. *El País*, 2020b. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-23/com-crescimento-recorde-sleeping-giants-irrita-tropa-de-choque-bolsonarista-dentro-e-fora-do-governo.html>. Acesso em 02/06/2021.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 103-130.

PROTOCOLO do governo sugere cloroquina em casos leves. *UOL*, 2020b. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/20/protocolo-do-governo-sugere-cloroquina-em-casos-leves.htm>. Acesso em 02/06/2020.

REFRIGERANTE? “Tubaína” era jargão de tortura na ditadura. *LeiaJa*, 2020. Disponível em <https://www.leiaja.com/politica/2020/05/21/refrigerante-tubaina-era-jargao-de-tortura-na-ditadura/>. Acesso em 02/06/2021.

RIO de Janeiro (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório / Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SAYARE, Scott. O arauto da cloroquina. *Piauí*, 2020. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-arauto-da-cloroquina/> Acesso em 02/06/2021.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. “Gramsci e o lorianismo: anotações à margem da ideia de ‘gramscimo’ e ‘guerra cultural’”. In: AIRES, José Luciano Queiroz; LIMA, Luciano Mendonça de; CAVALCANTI, Jean Lucas M. (orgs.). *Antonio Gramsci e os desafios no mundo contemporâneo*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p. 41-78.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo. A política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TCHELO. O verdadeiro sentido da “tubaína” de Bolsonaro: gíria de quartéis para tortura por afogamento. *DCM*, 2020. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-verdadeiro-sentido-da-tubaina-de-bolsonaro-giria-de-quarteis-para-tortura-por-afogamento/>. Acesso em 02/06/2021.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Não há registros de que tubaína tenha sido uma tortura na ditadura militar. *UOL*, 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2020/05/22/nao-ha-registros-de-que-tubaina-tenha-sido-uma-tortura-na-ditadura-militar.htm>. Acesso em 02/06/2020.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 65-91.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Porto: Edições Unipop, 2012.

TUBAÍNA é uma gíria referente a tortura por afogamento cunhada no Brasil Colônia e usada na Ditadura #boato. *Boatos.org*, 2020. Disponível em <https://www.boatos.org/brasil/tubaina-giria-tortura-afogamento-brasil-colonia-ditadura.html>. Acesso em 02/06/2021.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual. *Folha*, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/23/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-relata-como-agiu-no-iphon-apos-queixa-de-empresario-apoiador.ghtml>. Acesso em 02/06/2021.

VEJA a ilustração da “tubaína” de Bolsonaro, uma técnica de tortura que surgiu na Idade Média. DCM, 2020. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/veja-a-ilustracao-da-tubaina-de-bolsonaro-uma-tecnica-de-tortura-que-surgiu-na-idade-media/>. Acesso em 02/06/2021.

Notas de autoria

Carlos Zacarias de Sena Júnior é Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da FFCH/UFBA. E-mail: zacasenajr@uol.com.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A memória difusa de um passado/presente traumático: algumas questões sobre um termo associado a tortura em torno de uma polêmica recente. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 159-175, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 17/06/2021.

Modificações solicitadas em 13/08/2021.

Aprovado em 13/09/2021.